

O SILÊNCIO DE BACON NA REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIOPOLÍTICAS DA NOVA ATLÂNTIDA

*BACON'S SILENCE IN THE
PORTRAYAL OF
SOCIOPOLITICAL STRUCTURES
IN NEW ATLANTIS*

Helvio Moraes¹
(UNEMAT)

¹ Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, no curso de Letras do campus de Pontes e Lacerda e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL, no campus de Tangará da Serra. Mestre e doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; realizou estágio pós-doutoral na Università degli Studi di Firenze, Itália. Co-editor da revista *Morus – Utopia e Renascimento*. Este estudo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do projeto “A Razão, a Vontade, a Ação: um estudo da Utopia Inglesa no século XVII”, com financiamento do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: helviomoraes01@gmail.com

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre o aspecto fragmentário da *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, e a representação das estruturas sociopolíticas de sua ilha utópica por meio da leitura do relato que o narrador apresenta da Festa da Família, uma cerimônia oferecida pelo Estado ao patriarca capaz de gerar trinta filhos ou mais. Primeiramente, discuto o aspecto fragmentário - ou deliberadamente inconcluso - da obra, indicando algumas divergências entre os estudiosos de Bacon que se debruçaram sobre o problema, e argumentando que, acima da atitude aparentemente conservadora do autor em relação ao governo patriarcal, seu silêncio, ao mesmo tempo, evidencia (A) sua consciência de que uma transformação política e social é inevitável após o estabelecimento de seu programa de reforma científica, assim como (B) sua consciência de ser incapaz, dadas as circunstâncias históricas em que vive, de fornecer uma descrição completa do mundo sob as regras de um empreendimento científico. Assim, a segunda parte do artigo compreende a leitura da cerimônia da Festa da Família, não como uma descrição idealizada da sociedade bensalemite, mas como uma representação satírica das instituições políticas e sociais inglesas do tempo do autor.

PALAVRAS-CHAVE: utopia, Francis Bacon, história literária.

ABSTRACT: This study aims at analyzing the relation between the fragmentary aspect of Bacon's *New Atlantis* and the representation of the sociopolitical structures of his utopian island by the reading of the narrator's report of the Feast of the Family, a ceremony granted by the State to the man who is able to father thirty children or more. Firstly, I discuss the fragmentary - or deliberately inconclusive - nature of the work, pointing to some divergences among Baconian scholars who have discussed the problem, and arguing that, beyond the author's apparent conservative attitude towards patriarchal rule, his silence is, at the same time, an evidence of (a) his awareness that a social and political transformation is unavoidable after the establishment of his program of scientific reform, as well as (b) his awareness of being incapable, given the historical circumstances he lived in, to provide a com-

plete description of the world under de rule of a scientific enterprise. Thus, the second part of the article is the reading of the ceremony of the Feast of the Family, not as an idealized description of Bensalemite society, but also as a satiric representation of English political and social institutions in the author's time.

KEY WORDS: utopia, Francis Bacon, literary history.

Introdução

Um problema com o qual sempre se defrontam os estudiosos de Bacon, em suas leituras da *Nova Atlântida*, é a ausência de uma descrição pormenorizada das instituições sociais e políticas da ilha utópica de Bensalém. Alguns laivos das relações sociais – e, implicitamente, das instituições políticas –, podem ser percebidos na descrição da “Festa da Família”, uma passagem que antecede o encontro dos estrangeiros com o Padre da Casa de Salomão, o grande colégio de cientistas, instituição máxima daquele país. Segundo o narrador, “trata-se de um costume muito natural, pio e venerável. [...] A todo homem que chegue a ver trinta de seus descendentes diretos, vivos, juntos e maiores de três anos de idade, é permitido fazer essa festa às custas do estado” (*Works*, III, p. 147)². Este homem é o *Tirsan* (o pai de família) e, nesta cerimônia, ele é o grande homenageado.

Condivido a opinião daqueles para quem estava acima da capacidade de Bacon fornecer uma descrição circunstanciada da vida social e política sob o domínio do empreendimento científico – obviamente dadas as circunstâncias históricas em que vivia, das quais demonstrava ter plena consciência ao apresentar muito claramente os seus limites pessoais³. As passagens da *Nova Atlântida* que se referem à estrutura sociopolítica da ilha são lacunares e complexas. Primeiramente, creio que se equivoca quem busca nestas páginas tão somente uma representação idealizada – ainda que fragmentária

– do seu pensamento político. Em segundo lugar, se quisermos dar crédito a Rawley, secretário e capelão de Bacon, que no prefácio da obra fala da ausência de “uma estrutura de leis ou o modelo do melhor estado ou república” (*Works*, III, p. 127),”, isto me parece se dar – mais do que por um interesse desviado a assuntos de maior premência – por causa desta confessa limitação, e também possivelmente por causa de um silêncio proposital.

Acima de tudo, creio que Bacon, ainda que seja considerado em grande parte um conservador no tocante à visão política e a certos costumes da sociedade inglesa – em sua defesa da monarquia e do patriarcado, por exemplo –, guardava, no mínimo, certa suspeita de que seria impossível, com o avanço do conhecimento, manter inalteradas as instituições políticas e sociais dos ingleses. A representação da sociedade e da figura do governante, em sua utopia, são ostensivamente convencionais e geram um flagrante contraste com a descrição de sua superioridade científica e tecnológica.

Como, de fato, a Casa de Salomão deve ser vista como o ponto de chegada do “percurso iniciático” dos estrangeiros que aportam na ilha, é preciso observar, porém, que, no caminho, nenhum dos interlocutores faz qualquer esclarecimento sobre a organização política da ilha⁴. Algumas referências são feitas a um governador, cuja função parece ser a de simplesmente corroborar as decisões feitas pelo *tirsan* (durante a Festa da Família, como se verá), e menciona-se a entrega, durante a cerimônia, de uma “Carta do Rei”. Contudo, além de sua dignidade ser ofuscada ante a do *tirsan*, este rei nunca se faz presente. Não recepciona os viajantes, não os visita durante sua estada na Casa dos Estrangeiros, não participa em momento algum da Festa da Família, não está no cortejo que marca a visita do Padre da Casa de Salomão. Ainda mais impressionante, a honra maior que um estrangeiro pode ter em Bensalém não é ser apresentado ao rei, mas obter uma entrevista com o Padre. Nas palavras de Joabin: “Sois homens fortunados, pois o Padre da Casa de Salomão tomou conhecimento de vossa estada, e ordenou-me

que vos dissesse que admitirá toda a vossa companhia à sua presença, e terá uma audiência privada com aquele que elegerdes entre vós” (*Works*, III, p. 155).

Interessantes são as considerações a respeito do uso dos termos “kingdom” e “state” na utopia baconiana, feitas por Albanese (1990, p. 515):

Notavelmente, em comparação com seu modelo humanista [a *Utopia* de Morus], a *Nova Atlântida* nunca elucida sua hierarquia civil, nunca dá articulação à sua estrutura de poder. Pelo contrário, o texto usa as palavras “state” e “kingdom” alternadamente, embora as duas palavras convoquem imagens de governo que vão [...] em direções divergentes: uma é corporativa, embora sem rosto, a outra, incorporada por uma nobre cabeça, conhecida por todos. É possível ler este silêncio sobre a autoridade no coração de Bensalém como uma afirmação de conservadorismo social e político, mais provavelmente porque o texto que o contém é o produto de um burocrata jacobino em busca de patronato para seu programa filosófico.

A tradição, segundo Weinberger (1976, pp. 866-7), acredita que a “*Nova Atlântida* seja incompleta porque não contém um ensinamento sobre forma de governo ou preceito político”, porque não “combina a organização do projeto científico com um relato da regra política necessária para a melhor forma de vida humana”.

Formalmente, sua condição de obra incompleta é duplamente posta em evidência: o relato termina com a asserção de que “the rest was not perfected”. No prefácio *Ao Leitor*, já citado, Rawley, além de apresentar a utopia como uma “obra inacabada”, alude aos objetivos do autor e tenta justificar a incompletude do texto. A urgência em terminar um outro tipo de trabalho que já havia iniciado (e pelo qual manifestava preferência) é o motivo aventado pelo secretário para explicar a ausência de uma descrição mais detalhada das estruturas política e social da ilha. Mas é fácil observar sua

contradição, quando se compara a parte final do prefácio (em que se encontra a razão da incompletude da obra) com o início, no qual se menciona que o objetivo de Bacon era fornecer a descrição de um colégio instituído para “a interpretação da Natureza”. Isto nos faz perguntar se a declarada (e reiterada) incompletude da obra deve ser literalmente interpretada.

A questão é considerada irrelevante por Berneri (1962, p. 150), pois, a seu ver, ainda que tivesse a intenção de escrever uma parte dedicada à organização política da *Nova Atlântida*, Bacon provavelmente não lhe alteraria o caráter fundamental de uma república onde a ciência desempenhasse o papel de protagonista. Isto, porque, assim como Platão,

que se refere detalhadamente às leis pelas quais se regula a existência dos guardiões, e fala muito pouco sobre as demais classes sociais, Bacon somente presta atenção às instituições e ao trabalho dos membros da Casa de Salomão – os guardiões de sua sociedade ideal [...]. Contudo, o que deixa de dizer pode ser tão significativo como o que diz: Platão e Bacon se ocupam somente da classe governante porque, a seu entender, esta é a única que tem importância.

De fato, na utopia clássica, uma vez assinalada sua instituição principal, todas as outras necessariamente a ela se subordinam. No mundo utópico, não seria admissível o confronto entre duas instâncias de poder. Obviamente, para Bacon – a esta altura já politicamente arruinado, ainda que em constante expectativa de poder voltar a atuar na vida pública, sob o aval do rei –, seria extremamente difícil e arriscado representar em detalhes a submissão do aparato estatal a seu colegiado de cientistas, quiçá até mesmo impossível, dado que a representatividade meramente figurativa do monarca dispensa a própria ideia de aparato.

Neste sentido, ensaiando uma resposta a Albanese, diria que, ao invés de uma atitude conservadora, o prudente silêncio

de Bacon sugere que o poder, uma vez nas mãos da comunidade científica, altera significativamente a forma como se organiza uma sociedade, da qual, porém, o autor pode apenas fornecer alguns esboços no tocante à religião e ao convívio social, mas não quanto ao governo, posto que a forma vigente já estaria superada no mundo ideal.

Ademais, a ideia de que o Estado, senão subordinado, se coloca a um nível de poder inferior ao da Casa de Salomão é explicitada pelo próprio Sacerdote: “temos consultas sobre quais das invenções e experimentos que concluímos podem ser dados a público, e quais não. Todos prestamos um juramento de sigilo em relação àquilo que não julgamos apropriado revelar, embora às vezes revelemos algumas coisas ao estado, outras, não” (*Works*, III, p. 165).

Assim, acredito que à incompletude formal da utopia corresponda a completude do assunto. Ou, usando a feliz formulação de White (1956, p. 344), trata-se de uma obra de deliberada incompletude. Formalmente, Bacon se mantém fiel à sua matriz, o *Crítias*. Contudo, no fragmento platônico, enquanto Zeus está prestes a discorrer sobre a punição da velha Atlântida (embora não o faça, pois o diálogo abruptamente se encerra), na utopia baconiana, o Sacerdote fala “da preservação e da glória da nova Atlântida; e, até o ponto em que o conteúdo do discurso sugere, o texto termina somente quando o discurso se completa” (Spitz, 1960, p. 61). Deste modo, à parte os silêncios, que podem, no entanto, ser parcialmente preenchidos ao se perscrutar as entrelinhas da utopia, o plano de Bacon deve ser visto como realizado, com a descrição da Casa de Salomão.

De que forma podem, então, ser lidas as partes dedicadas à descrição de alguns costumes dos bensalemitas, como a Festa da Família e o diálogo com Joabin? Acredito que, no primeiro caso, pelo viés da representação satírica. No segundo, por uma visão distanciada da sociedade em que se vive. Neste estudo, faremos uma análise do primeiro caso.

A Festa da Família

Os estrangeiros que aportam em Bensalém após uma série de adversidades em sua viagem pelo Oceano Pacífico, são hospedados em quarentena na Casa dos Estrangeiros, ao fim da qual, vão, aos poucos, sendo ambientados ao cotidiano da ilha. Travam “conhecimento com muitas pessoas da cidade, não de baixa posição” (*Works*, III, p. 151), o que sugere haver, ao contrário da utopia comunista de Morus, um tipo de estratificação social na ilha. A generosidade das pessoas e a contínua descoberta de “várias coisas dignas de observação e descrição” (que, no entanto, o narrador não descreve) fazem com que gradualmente se esqueçam de todas as coisas que lhes são caras em seus próprios países e aceitem com muita simpatia o modo de vida dos bensalemitas. Uma de tais coisas admiráveis parece ser a Festa da Família, uma celebração custeada pelo Estado para enaltecer a figura paterna, a que tem direito “todo homem que chegue a ver trinta de seus descendentes diretos, vivos, juntos e maiores de três anos de idade” (*ibidem*).

Sendo a concisão um dos atributos da *Nova Atlântida*, causa certa estranheza defrontar-se com uma passagem que se caracteriza pela descrição tão minuciosa de um cerimonial. Além disso, como afirmei, a representação dos costumes e a menção de algumas particularidades das relações sociais, centradas na noção de família patriarcal, são ostensivamente convencionais, quanto mais se comparadas ao discurso final do Padre da Casa de Salomão – o que, acredito, é intencional. Têm um aspecto de decadência, o peso e o ranço das tradições superadas, que se valem de uma ritualística esvaziada de sentido na reverência de princípios agonizantes. Não é casual, portanto, a representação do pai de família, ou *tirsan* – o “tímido”, o “temeroso” – sendo amparado por dois de seus filhos, para ouvir do arauto a homenagem que o Estado lhe faz. Tampouco a evidente torpeza na imagem de um pai, sozinho à mesa, ainda que em público, tendo a seu dispor alguns filhos, que o servem de joelhos.

Em contraste com a linguagem afetada e protocolar do ritual, tem-se, adiante, o acolhimento elegante e a linguagem urbana e ilustrada do Padre da Casa de Salomão.

Portanto, não se trata, a meu ver, da representação idealizada de relações sociais baseadas na noção de família nuclear. Penso que neste ponto, talvez mais do que em qualquer outra passagem, é preciso discernir o que se apresenta na perspectiva da personagem e como, acima disto, a trama é urdida no nível autoral. Creio que seja possível perceber um “riso baconiano” em certos detalhes que compõem o quadro, ainda que o filósofo pareça ter sido simpático ao regime monárquico por toda a sua vida, e uma postura misógina por vezes não ter-lhe sido estranha. Há uma verdade no paradoxo exposto por Smith (2008, p. 116), para quem “a *Nova Atlântida* somente é engraçada quando tomamos suas aparentes absurdidades (tais como a Festa da Família) seriamente”. Isto porque, por um viés satírico, Bacon põe a nu o mecanismo que mantém em vigor a monarquia patriarcal de caráter inglês. Não se trata simplesmente de um riso de sarcasmo. Bacon, obviamente, tinha consciência de que as convenções e os princípios que mantinham o Estado inglês em funcionamento, o mais eficazes que pudessem ser – e, por isso, legítimos –, tinham também suas incoerências e arbitrariedades, não sendo, portanto, tão “conformes aos ditames da natureza” (*Works*, III, p. 151), como, ao contrário, o narrador de sua utopia afirma perceber no mundo que descreve. No caso da Festa da Família, ainda mais instigante e sugestivo é o fato de ser o único acontecimento que o narrador descreve sem presenciar – relata em pormenores uma cerimônia à qual dois de seus companheiros foram convidados, e pode-se supor que a admiração expressa na descrição tenha sido intensificada justamente pela experiência indireta do ouvinte que exacerba aquilo que já lhe é relatado com arrebatamento. Em outras palavras, a cerimônia pode ser admirável aos olhos de quem a presenciou, ou aos ouvidos do narrador, não necessariamente, ou pelo menos não em todos os aspectos, a Bacon. Portanto, seu riso é também um riso espirituoso, de quem percebeu

desde muito cedo, e de muito perto viveu, as contradições inerentes à vida política.

Faço uma última consideração antes de oferecer minha leitura do episódio em questão, sintetizando o que até aqui foi exposto a este respeito: acredito que a passagem possa ser lida em diversos níveis, daí sua complexidade. Encontram-se amalgamados elementos que, de fato, fazem parte da noção baconiana de grandeza do Estado e de seu pensamento político em geral, elementos de crítica social, elementos de sátira política, sob a percepção do filósofo de que, num mundo onde as instituições criadas pelo avanço científico são preponderantes, muitos aspectos do mundo em que vive necessariamente devem passar por transformações. Como não pode prever com clareza que transformações seriam estas, coloca em evidência – ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, as aborda pelo meio indireto da sátira –, justamente certas questões relativas à estrutura sociopolítica, tais como se estabelecem na época em que vive, assim como Morus fizera no primeiro livro da *Utopia*.

Acima da figura do pai como centro da instituição familiar – e, por extensão, da sociedade bensalemite –, o que se exalta na Festa da Família é a fecundidade, a capacidade de prover o Estado de uma prole numerosa. A descrição da cerimônia é dividida em etapas que sugerem certas particularidades da vida coletiva na *Nova Atlântida*, caso se considere a imagem da família patriarcal como um microcosmo do Estado. Nos dois dias que antecedem à solenidade, o *tirsan*, acompanhado por três amigos, reveste-se de toda autoridade (confirmada pela assistência do governador da cidade onde vive), para, entre todos os seus filhos, que são oficialmente convocados, aconselhar, resolver querelas, mitigar problemas financeiros, censurar vícios, orientar em questões concernentes ao casamento, entre outras ações. Tudo o que decide, embora esteja sempre em conformidade com a “ordem da natureza” (*Works*, III, p. 151) e raramente seja desobedecido, é legitimado com a chancela do Estado. No dia do banquete, após uma cerimônia religiosa, este pai, acompanhado de toda a sua prole, se dirige a um salão, onde se encontra, numa de

suas extremidades, uma plataforma, em cujo centro são colocadas à sua disposição, uma mesa e uma cadeira. Sobre a cadeira, “um dossel em forma circular ou oval, feito de hera, [...]singularmente urdido com prata e seda de diversas cores, entretecidas ou cravadas na hera, fruto do trabalho de algumas das filhas da família, coberto no topo por um fino véu de seda e prata” (*Works*, III, p. 148). A mãe não participa do banquete. Quando muito, o assiste: “se houver uma mãe de cujo ventre descendem todos os filhos, numa sobrecâmara, à direita da cadeira, há um balcão com uma porta secreta e uma janela de vidro entalhado em ouro e azul, onde ela se senta sem ser vista” (*ibidem*).

Após todos se acomodarem, dá-se início à solenidade. Um arauto, acompanhado por dois jovens, lê “a Carta do Rei”, o documento por meio do qual lhe são concedidos uma doação pecuniária, privilégios, isenções e títulos de honra. Enquanto a carta é lida, o *tirsan* “permanece de pé, sustentado por dois de seus filhos, por ele escolhidos” (*ibidem*). Após a leitura e a entrega da carta, uma aclamação é feita: “Feliz é o povo de Bensalém”, e o arauto, por fim, presenteia o homenageado com um cacho de uvas feito de ouro (“em número equivalente ao de descendentes da família”). O *tirsan*, por sua vez, passa o presente a um de seus filhos, a quem escolhera para morar consigo, “e que, a partir de então, o carrega sempre à frente do pai, como um distintivo de honra, todas as vezes que sai em público e, por isso, é chamado de Filho da Vinha” (*Works*, III, p. 150).

Terminada a solenidade, o pai se retira, voltando um tempo depois para o jantar, em que, sozinho sob o dossel (a não ser que um de seus filhos, sendo membro da Casa de Salomão, o acompanhe), é “servido somente por seus filhos do sexo masculino, que, de joelhos, executam todo o trabalho” (*ibidem*). No salão repleto de convidados, o jantar também é servido. Ao fim do banquete, entoam-se os hinos em louvor de Adão, Noé e Abraão. O *tirsan*, então, se retira novamente para fazer suas orações e, quando retorna, dá suas bênçãos a todos os seus descendentes, um por um, com as

seguintes palavras: “Filho (ou filha) de Bensalém, fala teu pai. O homem de quem recebeste o alento e a vida fala a palavra: as bênçãos do Pai eterno, do Príncipe da Paz e do Espírito Santo caíam sobre ti e tornem muitos e felizes os dias de tua peregrinação” (*ibidem*).

O que se relata nestas páginas são, portanto, os atos e os privilégios concedidos a um homem que exercerá por um dia – ou, mais precisamente, três – as funções de um rei. Como já afirmei, tudo o que faz e decide durante estes três dias, por sua própria e soberana vontade, terá validade perene, com a aprovação do Estado e, de fato, seus interesses convergem com a política interna da ilha, na garantia da paz civil, na resolução de força jurídica de impasses entre os cidadãos, na condenação e punição de condutas desregradas, na orientação, na instrução e no aconselhamento. Não por acaso, os descendentes que, no início do relato são chamados de “sua prole”, em sua bênção final são referidos como “filhos de Bensalém”. Sob o estratagema da descrição da Festa da Família, acredito que Bacon, portanto, faça referências a aspectos da organização social de Bensalém, fundada sobre os princípios da família patriarcal, mas, ao mesmo tempo, elabora um comentário sobre o governo monárquico inglês e sobre a figura do rei como “pai de seu povo”. Politicamente arruinado, após exaustivos esforços no sentido de conquistar o patrocínio de James I para a execução de seu programa de reforma do conhecimento, Bacon engendra sua vingança na figura de um ancião, “tímido” ou “temeroso” (como o termo *tirsan* sugere), que, embora “pai” de uma multidão, é um ser solitário, que apenas se mantém com a pompa e a ostentação de uma liturgia estatal carente de sentido.

A este respeito, alguns dados fornecidos por Smith (2008) são imprescindíveis. A autora analisa minuciosamente a descrição da Festa da Família, e percebe um sincretismo na ordenação de citações textuais pertencentes a épocas e culturas diversas, como as referências a episódios e nomes da tradição judaico-cristã, aos ritos outonais dos festivais báquicos e a influência da cultura hebraica na construção da imagem do *tirsan* como um governante

ou oficial de província, cuja autoridade lhe é confiada pelo imperador. Em sua leitura do ritual em si, demonstra como, implícita e comicamente, Bacon se refere a aspectos específicos do aparato protocolar em torno de James:

“A relação do *tirsan* com seus filhos é dominada por uma “reverência e obediência” reforçada pelo Estado. Mais uma vez, sem exagerar a comparação, pode-se notar que [...] os privilégios são conferidos ao *tirsan* através da subvenção direta de uma autoridade superior. No caso do *tirsan*, esta autoridade superior é o “rei de Bensalém”. [...] O *tirsan* [...] não é descrito como um súdito do rei, mas como seu “amigo e credor.” O que poderia ser uma paródia mais eficaz da noção promulgada por James I de que os reis são como deuses, e que os reis recebem seus privilégios diretamente do “alto”? James é bem conhecido por se considerar e representar como uma figura muito semelhante tanto a um deus como a um pai de muitos filhos; em seu discurso de 1610 ao Parlamento, ele celebradamente anunciou que “Reis não são apenas os tenentes de Deus na terra, e sentam-se no trono de Deus, mas até mesmo por Deus são chamados de deuses”. Os reis também são comparados aos pais de famílias: pois um rei é realmente “*parens patriae*, o pai político de seu povo”. [...] Em segundo lugar, é preciso considerar as implicações do cenário que Bacon cria para a Festa da Família. [...] A descrição dos arranjos do assento do *tirsan* é diretamente evocativa das disposições descritas no Ato de 1539 da Câmara dos Lordes. [...] As repetidas retiradas do *tirsan* para orações privadas são diretamente evocativas das retiradas do rei à sua própria travessa em cerimônias registradas envolvendo James. Mesmo o fato de que o *Tirsan* levanta-se apoiado por dois de seus filhos lembra que James “sempre se apoiava nos ombros de outros homens.” Em terceiro lugar, o conjunto de imagens associadas com Dionísio ou Baco sutilmente evoca o deboche e a dissipação que notoriamente caracterizavam a corte jacobina e a embriaguez que diz-se ter caracterizado o monarca jacobino em mais de uma ocasião”.

Contudo, como a própria autora afirma, esta é apenas uma possibilidade de leitura, ou um dos níveis, que o relato nos proporciona, e seria redutor ater-se somente a esta perspectiva.

Em seu tácito comentário sobre o patriarcado e sobre o direito divino do rei, Bacon indica que, sob a designação de conformidade à “ordem natural”, na verdade, o que se observa, é uma instituição política cujo convencionalismo, ou antinaturalismo, é um traço marcante. Ela ajuda a garantir a paz civil, o bom ordenamento do Estado. Contudo, não é a ordem natural que a fundamenta. Sobre as bases da verdadeira ordem natural é construída uma outra instituição da ilha, a mais relevante: o seu colégio de cientistas. Esta suplanta em tudo a estrutura do antigo edifício, cuja instabilidade torna-se manifesta quando, por fim, é possível vislumbrar a nova ordem estabelecida pelo progresso da ciência. É inevitável que parte da estrutura antiga caia por terra com a ascensão da investigação científica. Aos olhos do narrador – e do grupo de estrangeiros – é compreensível que os sinais exteriores e os “ornamentos” da nova realidade em que se veem inseridos causem admiração, posto que, essencialmente, não são discrepantes com a imagem que conseguem formular de uma nação bem ordenada, a partir dos paradigmas produzidos pela civilização europeia. No entanto, tudo isto se dá antes de conhecerem a estrutura, o funcionamento e as maravilhas produzidas pela Casa de Salomão. Esta ideia torna-se ainda mais clara se se contrasta a descrição da Festa da Família e o discurso do Padre da Casa de Salomão. Se a imagem do *tirsan* pode ser metaforicamente vista como a do rei, muito superior parece ser a do Sacerdote, que somente pela força de seu discurso é capaz de inspirar respeito e admiração. Sua superioridade é incontestável quando se compara os atos emanados da autoridade inquestionável do primeiro e as extraordinárias realizações do Colégio que preside, onde se respira uma atmosfera mais democrática, e onde se observa satisfeito um longo anseio de Bacon, de, “por nossas mãos, [brindarmos] a família humana com estas novas benesses” (IV, p. 20). Além disto, como observa Smith (2008, p. 120),

A autoridade pessoal do *tirsan* é exaurida no próprio ato de exercê-la (embora seus decretos e ordens evidentemente persistam após o fim da Festa), ao passo que a autoridade do Padre da Casa de Salomão destina-

se a durar. Ela persiste porque é transmissível por meio da difusão do conhecimento e porque a finalidade que persegue (“o conhecimento das causas e movimentos secretos das coisas; e o alargamento dos limites do Império Humano para a realização de todas as coisas possíveis”) jamais pode ser totalmente alcançada.

Por fim, há uma grande desproporção no domínio de um homem sobre a sua família, ainda que numerosa – e de um rei sobre o seu povo – face à Casa cujo domínio pode se estender a toda a humanidade.

A Casa de Salomão é a superação histórica da monarquia patriarcal e dos princípios que a sustentam. Se um contraste – ou choque – entre duas esferas de poder é apresentado na *Nova Atlântida*, isto não se dá por uma inconsistência ou contradição interna à obra, por uma inaptidão ou lapso do autor em encontrar uma solução para reivindicações distintas de poder. Creio que Bacon não avance esta questão, pois, de partida já tem em mente elaborar uma fábula em cujo centro encontra-se “o modelo de instituição científica”. A instância de poder é, portanto, a comunidade científica. O contraste que se apresenta deve ser lido à luz do que o gênero fabular nos permite perceber, principalmente quando se tem em mente o empenho do filósofo no estudo de sua estrutura e significado, além do amplo emprego que dele faz em uma parte considerável de sua obra. Lida nesta perspectiva, a Festa da Família apresenta-se como uma trama composta de vários níveis, como foi possível observar, e o contraste mencionado, ao invés de indicar uma contradição no mundo utópico criado por Bacon, serve para o cotejo entre instâncias de poder que pertenceriam a épocas distintas.

Referências

ALBANESE, Denise. The *New Atlantis* and the Uses of Utopia. *ELH*, 1990, vol. 57, n° 3, p. 503-528.

BACON, Francis. *The Works of Francis Bacon*. SPEDDING, J., ELLIS, R. & HEATH, D. (ed.). 14 vols. London: Longman, 1857-74

BERNERI, Maria Luisa. *Viaje a través de Utopía*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1962

SMITH, Suzanne. The New Atlantis: Francis Bacon's Theological-Political Utopia? *The Harvard Theological Review*, Jan., 2008, vol. 101, n° 1, p. 97-125.

SPITZ, David. "Bacon's 'New Atlantis': A Reinterpretation" in *Midwest Journal of Political Science*, vol. 4, n° 1. (Feb., 1960).

WEINBERGER, J. Science and Rule in Bacon's Utopia: An Introduction to the Reading of New Atlantis. *The American Political Science Review*, Set., 1976, vol. 70, n° 3, p. 865-885.

WHITE, Howard B. Political Faith and Francis Bacon. *Social Research*, 1956, vol. 23, n° 3, p. 343-366.

NOTAS

² As citações dos textos de Bacon, salvo indicação específica, terão como referência o volume e a página da edição estabelecida por Spedding, Ellis e Heath (*The Works of Francis Bacon*. SPEDDING, J., ELLIS, R. & HEATH, D. (ed.). 14 vols. London: Longman, 1857-74). As citações referentes ao texto da *Nova Atlântida* são extraídas da tradução que realizei recentemente, ainda não publicada.

³ Ver, por exemplo, os parágrafos dedicados à explicação da quinta parte do plano para sua *Grande Instauração*; *Works*, IV, pp. 31-2.

⁴ Embora não haja uma divisão em capítulos, pode-se facilmente dividir a narrativa nas seguintes partes: 1) Os imprevistos por que passa a tripulação até a sua chegada à ilha; 2) A acolhida junto à Casa dos Estrangeiros e o diálogo com o administrador, com respeito à religião e à história; 3) O contato dos tripulantes com a sociedade civil e a observação de alguns de seus costumes, por meio da descrição da Festa da Família e do diálogo com Joabin, o mercador judeu; e 4) A descrição da Casa de Salomão.

Recebido em: 01/06/2016

Aprovado em: 06/10/2016